



## **ESCOLA DE FRANKFURT: UMA IDEIA UM TANTO REDUCIONISTA?**

Frankfurt School: *a somewhat reductionist idea?*

Elton Vitoriano Ribeiro \*

Na comemoração do centenário da chamada “Escola de Frankfurt”, voltamos nossa atenção para sua gênese, fundação, seus representantes mais eminentes do passado e do presente, seus percalços históricos, suas grandes e variadas contribuições nos diversos campos do conhecimento, o que lhe assegura lugar de destaque no complexo cenário filosófico do século XX até nossos dias.

Depois da Primeira Guerra Mundial, o interesse na Alemanha pelo marxismo se concretizou nos esforços levados à cabo por Felix J. Weil, Friedrich Pollock e outros em vista de estabelecer um instituto permanente de estudos sociais. Em 1922, Kurt A. Gerlach propôs ao Ministério da Educação a criação de um *Institut für Sozialforschung* com base econômica autônoma e afiliação acadêmica à Universidade de Frankfurt. A fundação do Instituto teve lugar no ano seguinte. Associado à sua fundação encontra-se o historiador e teórico marxista austríaco Carl Grünberg (1861-1940), que desempenhou um papel significativo no estabelecimento das bases teóricas do Instituto. Suas pesquisas, bem como de outros cientistas convidados, contribuíram para o reconhecimento do Instituto como um local acadêmico permanente da Universidade. Grünberg, que foi professor de Max Horkheimer na mesma Universidade de Frankfurt, foi o primeiro diretor do Instituto (1923-1929); Horkheimer foi o segundo (1930-1933).

---

\* Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (2010). Professor e pesquisador do Departamento de Filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE).

A principal publicação do Instituto foi o *Zeitschrift für Sozialforschung*. Além de Horkheimer, colaboraram Franz Neumann, Theodor Adorno, Erich Fromm, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Otto Kirchheimer, Friedrich Pollock, Leo Lowenthal, Andries Sternheim, Félix Weil, Henryk Grossmann, Siegfried Kracauer, entre outros.

A atividade do Instituto foi interrompida em 1933 com a ascensão do partido nazista ao poder na Alemanha. As atividades do Instituto foram consideradas hostis ao Estado, já que vários membros e colaboradores do Instituto eram judeus e tinham em comum as ideias políticas de esquerda baseadas em Karl Marx. Iniciada a perseguição, muitos deles, assim como outros intelectuais alemães da década de 1930, buscaram exílio em outros países, principalmente nos Estados Unidos. Algumas poucas investigações continuaram nas ramificações do Instituto, especialmente em Nova York, na Universidade de Columbia. A obra “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” de Horkheimer — referência obrigatória para os estudiosos do pensamento crítico frankfurtiano — foi escrita durante seu exílio em Nova York em 1937.

Essa relação histórica entre o *Institut für Sozialforschung* de Frankfurt e a *Columbia University* de Nova York merece destaque. Alguns dos principais fundadores do Instituto migraram para Nova York, onde a Universidade de Columbia ofereceu-lhes um lugar para continuar seu trabalho. Horkheimer, Marcuse e Pollock chegaram em 1934, enquanto Adorno se juntou a eles em 1938. Esse período do Instituto em Nova York é denominado por vezes de *Frankfurt School in Exile*. Embora o Instituto tenha retornado para a Universidade de Frankfurt juntamente com o retorno de alguns de seus honoráveis membros e reaberto em 1950, sua contribuição para a cultura intelectual da Universidade americana continuou nos anos seguintes, e muitos professores e estudantes de Columbia se envolveram com a Teoria Crítica e outras ideias desenvolvidas pela Instituto.

Embora o *Institut für Sozialforschung* estivesse em atividade há quase quatro décadas, a denominação *Frankfurter Schule* só se tornou mais popular na década de 1960. Isso se deveu em boa parte à crescente influência do pensamento crítico da “Escola” de Frankfurt em movimentos estudantis e culturais da época, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Por isso, é apropriado manter uma distinção entre o Instituto e a Escola de Frankfurt. Dentre as principais razões está o fato de que houve vários membros e colaboradores do Instituto que não estavam associados à Universidade de Frankfurt, que não estavam envolvidos direta ou estritamente com o campo da filosofia, que não compartilhavam de uma interpretação unânime do pensamento crítico de Karl Marx. A ideia de “escola” passa a impressão de que se trata de um conjunto de autores que compartilhavam uma doutrina comum, e, embora tivessem eles a obra de Marx por referência básica, não compartilhavam, porém, dos mesmos diagnósticos e das mesmas opiniões.

Fundamental para a compreensão do projeto de Frankfurt é a *Teoria Crítica*. A primeira referência à Teoria Crítica encontramos na supracitada obra de Horkheimer “Traditionelle und kritische Theorie”, de 1937, que designa o trabalho publicado pelo autor no *Zeitschrift für Sozialforschung*, e que mais tarde, em 1968, juntamente com outros escritos, foi recolhido, em dois volumes, sob o título de *Kritische Theorie*. A exposição da Teoria Crítica se encontra em várias obras importantes da Escola, como na “Dialética do Esclarecimento”, publicada em 1947 por Horkheimer e Adorno. Esta obra tornou-se um clássico da Teoria Crítica e influenciou muitos pensadores e movimentos sociais em todo o mundo, foi traduzida para diversos idiomas e continua a ser uma referência importante para compreensão da sociedade moderna.

O professor Marcos Nobre, cujas pesquisas e publicações acerca da Teoria Crítica são referência nos cursos de filosofia contemporânea no Brasil, observa que a designação *Teoria Crítica* é um termo paradoxal. A teoria pretende mostrar como as coisas são; e, em geral, se opunha à prática. Teoria e prática têm lógicas diferentes. Se fazemos teoria para dizer como as coisas devem ser ou podem ser, deixamos de dizer como elas são. E se fazemos teoria para dizer como as coisas são, deixamos de fora a possibilidade de que elas venham ou possam vir a ser diferente. A Teoria Crítica criticou a distinção entre teoria e prática vigentes, sem, contudo, abdicar da ideia de pensar as coisas como são, nem de pensá-las como deveriam ser; nem uma ação cega sem conhecimento, nem um conhecimento vazio ou abstrato que ignora que as coisas poderiam ser de outro modo, que há possibilidades nas “coisas” que não são realizadas.

Nesse sentido, a Teoria Crítica não é utópica, no sentido de que não-tem-lugar. Ela procura antes enxergar no mundo existente o melhor que ele poderia ser, e ao fazer isso encontra também os obstáculos que impedem a realização dos seus potenciais. Isso implica uma atividade prática, que envolve a ação para transformar a sociedade e, além disso, lhe confere sentido. A noção de *utopia* como o que *ainda* não tem lugar, como o ainda-não-pensado (*das Noch-Nicht-Gedacht*) e o ainda-não-realizado (*das Noch-Nicht-Gewordene*), a consciência antecipante que sonda as potencialidades nas coisas e das coisas (*Potenzialität der Natur*), o conceito de “latência” (*Latenz*), entre outros, encontramos bem desenvolvida no pensamento do filósofo, teórico social e escritor Ernst Bloch, um pensador influenciado por Marx que, contudo, desenvolveu sua própria teoria do materialismo utópico e exerceu significativa influência sobre alguns dos pensadores frankfurtianos, como Adorno, por exemplo.

A matriz da Teoria Crítica é a análise do capitalismo por Karl Marx. Sua tarefa elementar consiste em compreender a natureza do mercado capitalista, como se estrutura esse mercado e de que maneira o conjunto da sociedade se organiza a partir dessa estrutura. A Teoria Crítica tem por

princípio a orientação para a emancipação da sociedade, e essa orientação exige um segundo princípio, o de que se mantenha o comportamento crítico em relação ao que existe. Os principais representantes da Teoria Crítica partilham um mesmo esquema formal de diagnóstico do capitalismo como uma condição social de racionalidade bloqueada ou parcializada, bem como a ideia de qual a terapia adequada: as forças para a superação da patologia social devem provir dessa mesma razão cuja realização está sendo impedida pela forma de organização social do capitalismo. É preciso, pois, investigar as estruturas nas quais nós agimos, porque nós não agimos em abstrato. Não se pode ignorar os condicionantes históricos onde o conhecimento é produzido. Nesse sentido, a Teoria Crítica se pergunta pela natureza do pensamento que se está produzindo.

A maneira como cada pensador vai moldar e interpretar esses princípios a partir de sua análise do momento presente, do capitalismo e seus movimentos internos, fornecerá o que se poderia chamar de modelos críticos ou “Modelo de Teoria Crítica”. A Teoria Crítica da sociedade atual tem que ser *teórica* porque a filosofia só surge quando a vida concreta social se torna problemática, e nasce a insatisfação dos indivíduos na medida em que seus anseios não se realizam. As previsões de Marx, em termos da proximidade da realização histórica dos ideais da razão e da liberdade, não se realizaram. As economias capitalistas desenvolveram formas de se recuperar das crises e se adaptar às mudanças. A economia globalizada e interconectada, as tecnologias avançadas e a diversidade cultural tornam difícil a aplicação de teorias simples para explicar o funcionamento da sociedade e prever seu futuro. Daí o desafio que se levanta à filosofia em nossos dias: ter que captar de novo a complexidade dos problemas e antecipar novamente, teoricamente, por uma atividade crítica, as possibilidades de realização do homem. A crítica teórica só tem sucesso, enquanto teoria, quando é capaz de responder no agora determinado às necessidades reais e viáveis dos homens e de se tornar realidade viva na consciência dos homens agentes, autores de sua própria história.

Na obra *Pathologies of Reason: On the Legacy of Critical Theory*, Axel Honneth diz que os diversos enfoques da Teoria Crítica, com maior ou menor influência que cada um tenha de Marx, partilham uma premissa central em sua análise do capitalismo: as circunstâncias sociais que constituem as patologias das sociedades capitalistas têm a característica estrutural de velar precisamente aquelas ações que seriam o motivo de uma crítica pública forte.

Além de Honneth, podemos mencionar como herdeiros e continuadores da Teoria Crítica, nessas últimas décadas, Alfred Schmitd, Oskar Negt, Karl-Otto Apel, Albrecht Wellmer, Claus Offe, Jürgen Habermas, Rainer Forst, Wilhelm Reich, entre outros. Alguns deles serão mencionados e aprofundados nos artigos do presente número da *Síntese*, dedicado a temas

e pensadores diversos, direta ou indiretamente relacionados à “Escola de Frankfurt”.

O artigo de Manfredo Araújo de Oliveira “A Escola de Frankfurt e a Metafísica” destaca que desde o seu início, a Teoria Crítica de Frankfurt se articula contrapondo-se tanto à metafísica quanto à concepção positivista de ciência. O autor considera essa contraposição à metafísica tomando como representante da fase inicial Max Horkheimer, e, da fase final, Jürgen Habermas. Este último, partindo da reviravolta pragmática, articulou um modelo pós-metafísico de filosofia que acaba por introduzir uma metafísica pensada na forma do fisicalismo contemporâneo.

A especial relação de Herbert Marcuse com a Escola de Frankfurt e a Teoria Crítica foi refletida e apresentada pela professora Imaculada Kangussu. Seu artigo “Distinções na Teoria Crítica: Marcuse e Escola de Frankfurt” apresenta inicialmente a passagem de Marcuse pela Escola e o entrelaçamento de sua vida com a história do Instituto de Pesquisa Social na Universidade de Frankfurt. Em seguida, oferece ricos comentários em torno da produção de Marcuse como membro do Instituto, num primeiro momento, e depois de sua obra quando já formalmente desligado da instituição, destacando, contudo, a fidelidade de Marcuse aos princípios norteadores da Teoria Crítica.

Carlos Roberto Drawin analisa “O impacto da Psicanálise na transfiguração da Teoria Crítica” e assinala como os problemas da justificação normativa da Teoria Crítica e as ideias diretivas de sua vinculação com a prática e a intenção emancipatória do ser humano são impactadas pelo encontro com a psicanálise e como reverberam no interior da própria teoria psicanalítica. O autor explora a hipótese de que a psicanálise contém um elemento trágico aparentemente incompatível com a sua intenção terapêutica, e que o caráter insolúvel dessa tensão ajuda a questionar a idealização moderna do progresso como emancipação subjacente ao desenvolvimento teórico do marxismo. O autor nos conduz ao encontro inicial do marxismo com a psicanálise numa tentativa de Wilhelm Reich em oferecer uma síntese freudiana-marxista, caracterizada como “polarização mitigada”. Em um segundo momento, com alguns recortes conceituais da extensa obra de Slavoj Žižek, mostra que o movimento de polarização recebe traços radicais. Essa polarização radicalizada brota da proposta deste autor em promover uma interlocução recíproca da filosofia hegeliana com a psicanálise lacaniana como um caminho fecundo de mapeamento da ideologia contemporânea. Segundo Drawin, a polarização das duas correntes é uma forma vital de manutenção de seu potencial crítico.

No artigo seguinte, o professor Luiz B. L. Araujo nos apresenta um representante atual e eminente da Escola de Frankfurt: Jürgen Habermas. Com seus completos 93 anos, Habermas reside atualmente em Starnberg, na Baviera. Em “Anotações sobre o secularismo e pós-secularismo em Ha-

bermas”, o autor apresenta o interesse crescente de Habermas pelo tema da religião. Ao retomar aspectos fundamentais da teoria habermasiana da religião, destaca que a passagem do secularismo ao pós-secularismo desdortinou novos eixos temáticos de seu pensamento. Isso não significa que o paradigma pós-secular seja um contraponto ao horizonte pós-metafísico e secular da modernidade, mas sim à sua autocompreensão secularista. Apesar da orientação rigorosamente secular – e mesmo secularista – de sua *teoria do agir comunicativo*, Habermas jamais emitiu qualquer sinal de hostilidade em relação à fé religiosa ou à reflexão teológica. Para Habermas, como mostrará o autor, não há contradição em afirmar a busca de uma verdade incondicional sob as premissas do pensamento pós-metafísico e a convicção de que os discursos religiosos conservam potenciais de significação imprescindíveis, ainda não plenamente explorados pela filosofia e nem traduzidos para a linguagem das razões públicas. Trata-se de uma postura dialética em face do antigo, e, no entanto, sempre renovado problema da relação entre religião e razão, fé e saber.

A temática da religião em Habermas, acrescida de questões em torno da liberdade, é retomada e apresentada pelos professores Cláudia Oliveira e Luiz Sureki. Primeiramente, mostram que somente a autonomia da vontade torna possível afirmar a liberdade em sentido próprio. Em seguida, considerando o papel da religião na esfera pública, perguntam-se *se e como* a religião pode contribuir (ou não) para a formação da vontade autônoma dos cidadãos no Estado de Direito Democrático, para a integração das sociedades na sua pluralidade religiosa, por um lado, mas com igual direito ao reconhecimento e à participação no espaço público, por outro lado.

No artigo “Uma teoria deliberativa do direito à desobediência civil”, o professor Delamar J. V. Dutra analisa um modelo de desobediência civil que William Smith apresentou, inspirado em John Rawls e em Jürgen Habermas. O modelo recebeu uma objeção de Joseph Raz, à qual Smith tentou responder. O autor analisa a coerência e a consistência das respostas oferecidas por Smith a Raz e aventa a hipótese de que a posição problemática de Smith reside em ele não ter explorado adequadamente a definição habermasiana do direito à desobediência civil.

Em relação à Teoria Crítica, a professora Patrícia C. Reis investiga o tema da justiça em Rainer Forst. Conhecido por suas contribuições à teoria da justiça, à teoria da tolerância e à teoria crítica, as obras de Forst são amplamente lidas e discutidas no campo da filosofia política. Considerado por muitos como um dos representantes da terceira geração da Escola de Frankfurt, Rainer é atualmente professor de Teoria Política e Filosofia Política na Johann Wolfgang Goethe-Universität, em Frankfurt. A autora expõe inicialmente a concepção de justiça de Rainer e, em seguida, situando-o no debate entre liberais e comunitários, investiga a possibilidade de considerá-lo um legítimo teórico crítico.

O título dado a esta apresentação “*Escola de Frankfurt — uma ideia um tanto reducionista?*”, não pretende levantar polêmica alguma. Essa construção, conhecida como *declarative question*, deve ser interpretada como uma pergunta retórica, que não espera necessariamente uma resposta, mas, antes, convida o interlocutor a considerar a questão levantada. A intenção principal, portanto, é apontar para o fato de que muitos são os pensadores e colaboradores que fizeram e fazem parte da tradição crítica associada a Frankfurt e que não eram, nem são, necessariamente de Frankfurt. Provenientes de diversos lugares e campos de estudo, incluindo filosofia, sociologia, psicologia social, teoria política, psicanálise, direito, estética, literatura, música, artes, cinema, entre outros, os *teóricos críticos* não se formaram numa só escola de pensamento.

Assim, enquanto a designação *Frankfurter Schule* é útil como um termo de referência para a tradição crítica associada aos pensadores que se reuniram em torno do *Institut für Sozialforschung* em Frankfurt, é importante reconhecer que muitos outros pensadores e correntes de pensamento também contribuíram para o desenvolvimento da Teoria Crítica e da crítica social mais amplamente. A tradição crítica — pelo menos desde Immanuel Kant — é, em si, muito mais ampla e diversa.

Aos colaboradores e colaboradoras deste número temático da Revista *Síntese*, um cordial agradecimento. Quanto aos leitores e leitoras da *Síntese*, fica o convite para que se deixem interpelar pelas reflexões dos autores e autoras contidas nos artigos a fim de que, criticamente, possam perceber a força, mais ou menos explícita, da Teoria Crítica na e para a atividade filosófica. Boa leitura!